

PROGRAMA DE GOVERNO 2019 -2022



PSDB
SOCIAL DEMOCRACIA

EXPEDITO

Minhas amigas e meus amigos de Rondônia

Este documento reflete mais que o nosso Plano de Governo. É o resultado de tudo que ouvimos e captamos sobre as grandes demandas do nosso Estado nos últimos dez anos acompanhando das soluções que propomos para dar os passos necessários ao crescimento e desenvolvimento sustentáveis que Rondônia precisa e merece. Um registro resultante do diálogo sincero e caloroso com o povo rondoniense. A voz de Rondônia.

Após visitar cada município, cada distrito e comunidade dos quatro cantos do Estado, podemos afirmar que o sonho do nosso povo é ver Rondônia crescer e poder usufruir de suas potencialidades para alcançar melhores níveis de qualidade de vida e inclusão social.

É hora de agregar valor às nossas riquezas e gerar emprego e renda a partir de produtos industrializados pelo nosso povo. É hora de transformar nossa terra fértil em indústria forte e competitiva e transformar tudo isso em bem-estar social para os rondonienses.

As propostas aqui apresentadas são as linhas principais de um planejamento que visa metas reais e exequíveis e a atuação de um Governo responsável, transparente e equilibrado. Os obstáculos serão muitos. Trata-se do maior desafio da minha vida. Mas posso garantir que estou preparado, pois não estarei sozinho. Vamos governar com a ajuda de técnicos competentes, ao lado dos 52 prefeitos do nosso estado e principalmente ouvindo sempre o nosso povo. Enfim, estou pronto pra fazer Rondônia avançar.

Expedito Jr

SUMÁRIO

VISÃO DA GESTÃO	4
PILARES DA GESTÃO	5
DIRETRIZES DA GESTÃO	6
DIRETRIZ I: CONSTRUIR CAPITAL HUMANO E SOCIAL ATRAVÉS DO INVESTIMENTO EM PESSOAS	7
1.1. EDUCAÇÃO	7
1.2. SAÚDE.....	12
1.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	16
1.4. TRABALHO E RENDA.....	19
1.5. SEGURANÇA	21
1.6. ESPORTE E LAZER.....	24
1.7. CULTURA E TURISMO	25
DIRETRIZ II: CRESCER PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE.....	27
2.1. CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	27
2.2. GESTÃO EMPREENDEDORA.....	29
2.3. INFRAESTRUTURA	30
2.4. AGROPECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E EXTRATIVISMO VEGETAL	32
DIRETRIZ III: OFERTAR SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA TRANSPARENTE E CONFIÁVEL PARA TODOS COM BASE EM UM SETOR PÚBLICO ACESSÍVEL, EFICIENTE E RESPONSÁVEL.	40
3.1. GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS PÚBLICOS	40
DIRETRIZ IV: GARANTIR A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS, SUA PRESERVAÇÃO E O MELHOR CONTROLE DE SEU USO.....	46
4.1. RECURSOS NATURAIS E GESTÃO AMBIENTAL.....	46

VISÃO DA GESTÃO

Tornar Rondônia conhecida como referência de Estado Brasileiro para se **morar, visitar e investir** através de uma administração comprometida com as práticas de gestão democrática voltada para o interesse público.

PILARES DA GESTÃO

Valores Éticos

Atuar com honestidade e moralidade, promovendo valores que vão além do mero respeito às leis, de forma a estimular o comportamento íntegro e o respeito ao interesse público.

Equidade

Promover, nas políticas públicas estaduais, a universalidade e a igualdade entre os cidadãos, sem privilégios ou preconceitos, visando assegurar direitos, oportunidades, riquezas, saúde e qualidade de vida para todos.

Sustentabilidade

Integrar a vantagem comparativa de seus recursos naturais aos níveis mais altos de capital humano, comércio e inovação, para construir uma economia com base tanto nos recursos naturais como no conhecimento. A proposta é de crescimento sustentado pelo aumento da produtividade e não pelo esgotamento dos recursos naturais.

Competitividade

Elevar o nível de competitividade de nosso Estado com produtos e serviços que proporcionem a abertura de novos negócios e assegurem o crescimento e melhoria da qualidade de vida de sua população.

Profissionalismo

Atuar com proatividade, dinamismo, competência, motivação, compromisso e confidencialidade, demonstrando probidade, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos.

Efetividade

Atuar com postura orientada a resultados de forma a assegurar o cumprimento da missão institucional. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado.

Inovação

Atuar de forma empreendedora, inovadora e criativa, amparada pela capacidade de adaptação e de realização, buscando sempre o processo contínuo de melhoria.

Accountability

Assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhe foram conferidas, e de prestar contas a quem lhe delegou essas responsabilidades.

DIRETRIZES DA GESTÃO

DIRETRIZ 1: CONSTRUIR CAPITAL HUMANO E SOCIAL ATRAVÉS DO INVESTIMENTO EM PESSOAS

Construção de capital humano que promova a capacidade de as pessoas produzirem bem-estar para si próprias e para suas famílias, ou seja, ativos pessoais de saúde, educação, sensação de segurança, treinamento, vivência e capacidade inata; como também o capital social enquanto capacidade de se reunir para cumprir compromissos e controlar outros ativos.

DIRETRIZ II: CRESCER PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Fomento à ampliação das receitas pelo crescimento econômico, melhoria da produtividade, aumento do valor agregado e da competitividade dos nossos produtos.

O GOVERNO EXPEDITO JÚNIOR vai desenvolver políticas de retomada do desenvolvimento para os setores produtivos e de recuperação da capacidade de investimento público e do Estado de agir no fomento à geração de emprego e renda.

Somente o crescimento da produtividade – resultante do progresso tecnológico ou de aperfeiçoamentos gerenciais – permite aumentos sustentáveis na qualidade de vida.

DIRETRIZ III: OFERTAR SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA TRANSPARENTE E CONFIÁVEL PARA TODOS COM BASE EM UM SETOR PÚBLICO ACESSÍVEL, EFICIENTE E RESPONSÁVEL.

Oferta de serviços públicos a todos com o estabelecimento de metas de desempenho e desburocratização dos serviços públicos.

DIRETRIZ IV: GARANTIR A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS, SUA PRESERVAÇÃO E O MELHOR CONTROLE DE SEU USO.

Proteção, para futuras gerações, dos recursos naturais do Estado, assegurando, ao mesmo tempo, a qualidade de vida da população local.

DIRETRIZ I: CONSTRUIR CAPITAL HUMANO E SOCIAL ATRAVÉS DO INVESTIMENTO EM PESSOAS

1.1. EDUCAÇÃO

PACTO PELA MUDANÇA: UMA EDUCAÇÃO MELHOR DO QUE A QUE TEMOS HOJE

Objetivo:

- Mudança do foco das políticas de educação para a escola: o local onde o ensino acontece;
- Harmonização dos interesses dos servidores com o interesse do Estado enquanto gestor das políticas de educação;
- Instrumentalização dos trabalhadores em educação através da garantia de espaço de pesquisa, estudo, formação continuada e recursos didático-pedagógicos e tecnológicos que supram suas necessidades;
- Política de educação para reduzir os índices de reprovação e evasão nas últimas séries do Ensino Fundamental;
- Política de educação voltada para o Ensino Médio e profissionalizante.

PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO

1 – Infraestrutura de ensino para as escolas: Definir padrão de qualidade aceitável para unidade escolar (qualidade de ensino, métodos, materiais, mobiliário, infraestrutura e carga horária).

- Criar e executar o Programa de Infraestrutura de Ensino Mínima: Infraestrutura de ensino mínima aceitável para as escolas: abastecimento de água, energia elétrica, instalações elétricas, sanitárias e hidráulicas, sala de aula climatizada e mobiliada, sala de diretoria climatizada e mobiliada, sala de professores climatizada e mobiliada, laboratório de informática climatizado e mobiliado, laboratório de ciências climatizado e mobiliado, salas de atendimento a alunos portadores de necessidades especiais (PNEs), quadra de esportes, cozinha equipada, biblioteca, banheiros, copiadora, computadores, impressora e internet.

- Ranking das escolas por infraestrutura de ensino: a partir do diagnóstico de todas as escolas será priorizado o investimento nas unidades que não atendam os requisitos mínimos de qualidade.

2 – Liderar a Equipe Técnica da SEDUC para apoiar e orientar as escolas no planejamento das ações necessárias para o AVANÇO DA QUALIDADE DE ENSINO NA ESCOLA considerando:

- a) Envolvimento do corpo docente, corpo discente, corpo técnico administrativo, comunidade;
- b) Alinhamento das propostas com a realidade da escola.

A escola em tempo integral é o ideal. Mas para a implantação da escola em tempo integral efetiva e de qualidade primeiro teremos que ampliar as instalações da maioria das escolas, revermos programações de atividades, equipe de atendimento em todos os turnos. Não podemos repetir os mesmos erros que identificamos no programa que foi implantado: escolas sem espaço físico suficiente de banheiros, refeitório, equipe de atendimento, prejudicando as turmas do turno.

Isto não impede que estes alunos sejam atendidos por outros programas como o Programa de Esporte na Escola que será implantado pela SEJUCEL em parceria com os professores de educação física das escolas.

Vamos, num processo de repensar a escola, trabalhar na Revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola, incluindo ações para o avanço da qualidade do ensino que facilite e organize as atividades da escola, a condução das ações, a análise de resultados e impactos.

Vamos fazer a Revisão do Planejamento Anual da Escola para orientar a execução das ações de combate às deficiências que afetam a escola e implantação do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Promover a inclusão da tecnologia nas práticas de ensino, nas rotinas do dia a dia do professor em sala de aula através da informática, de novos métodos e técnicas de ensino/aprendizagem.

3 – Criar E EXECUTAR o Programa de formação de gestores da escola visando a capacitação dos Diretores das escolas para que estes estejam aptos a criar um ambiente propício ao ensino e aprendizagem nas escolas. Sejam capazes de se relacionar com a comunidade e Conselho de Educação, corpo discente e corpo docente, pais de alunos, etc. E, principalmente, possam apoiar e instrumentalizar os professores nas suas demandas.

O objetivo do Programa é preparar os Diretores de escola para gerenciar as rotinas do dia a dia da administração da escola.

4 - Expandir o número de escolas com atendimento exclusivo para o ensino médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio através do reordenamento e estruturação da Rede de Escolas Públicas Estaduais.

- Flexibilização do currículo para atender aos jovens que trabalham através de plantões para horários diferenciados de atendimento.
- Ampliação, construção e adaptação dos espaços destinados ao Ensino Médio com aporte de recursos humanos e tecnológicos que garantam a qualidade do ensino.
- Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio com cursos ligados às demandas locais de Arranjos Produtivos Locais-APL e Projetos Estruturantes.
- Implantação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas escolas rurais utilizando a pedagogia de alternância com cursos ligados às demandas locais de APL e Projetos Estruturantes.
- Estender o sistema de ensino conhecido como “terceirão” preparatório ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o vestibular para todas as escolas públicas estaduais em Rondônia, com incentivo ao Professor vinculado ao sistema.
- Estruturação de Centros Públicos de Atendimento ao Trabalhador em todo o Estado com programas de acompanhamento profissional durante o primeiro ano após a conclusão do curso técnico (jovens aprendizes e inserção no mercado de trabalho).

5 – Implantar o Programa de Formação Inicial e Continuada de Professores do Estado de Rondônia – oferecer aos professores condições para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em consonância com os novos rumos que estão sendo propostos para a educação.

- Elaborar e executar programa de aperfeiçoamento e especialização dos professores e padrões de qualidade profissional (melhoria do ensino em sala).
- Implementar ações para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, incluindo dotação adequada de recursos materiais, humanos e acesso à pesquisa e tecnologia.
- Instituir o Programa de Formação para Professores Leigos para proporcionar acesso à licenciatura aos professores de nível médio.

6 – Priorizar no primeiro ano de governo um Programa de Fortalecimento da Carreira do Professor e Melhoria da Qualidade do Ensino:

- Planejamento adequado e redimensionamento do quadro de professores, abolindo definitivamente as contratações temporárias (contratos emergenciais).

- Reordenamento e qualificação do quadro de pessoal da área meio da Educação para atuar na administração e apoio ao professor.
- Promoção de estudo sobre a viabilidade de incentivos financeiros para trazer o professor, fora de sala, de volta à sala de aula baseado no incentivo ao desempenho e o resultado alcançado pela escola.
- Realização de um estudo técnico, profundo e detalhado, sobre os cargos, a carreira e a remuneração da área de Educação para subsidiar a política adotada no segundo ano de governo. Para primeiro ano de governo ainda não temos a clareza sobre os números das despesas de pessoal. As últimas informações que tivemos acesso apontam que o estado está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. No segundo ano, após os ajustes que pretendemos fazer, será possível melhorar os salários dos professores, priorizando os que estão em sala de aula.

7 – Criar política para suprir a carência de professores de algumas áreas

- Criar o PROCIÊNCIA, um programa para incentivar a formação de professores nas áreas de química, física, biologia e matemática através de parcerias com instituições de ensino superior para suprir a carência de profissionais dessas áreas. O programa será executado pela FAPERO e prevê a concessão de bolsas de estudos para alunos oriundos do ensino público e que cursem estas habilitações. Além dos cursos de química, física, biologia e matemática, o PROCIÊNCIA contemplará alunos dos cursos de medicina.

- Utilizar a tecnologia que a Educação à Distância – EAD proporciona para suprir a carência de professores de algumas disciplinas como química, física, biologia e matemática para evitar que os alunos fiquem sem aulas até que o Estado disponha de quadros completos.

8 – A SEDUC deve passar por um processo de reestruturação, adotando um tamanho mais adequado, com papel e funções concentrados na construção de condições de qualidade nas escolas. Inclusive com o resgate e fortalecimento das Representações de Ensino Municipais.

9 – Transporte Escolar:

Precisamos melhorar a gestão do processo de descentralização do recurso nas transferências para os municípios, dando agilidade. Hoje o processo é muito demorado trazendo sérios prejuízos para a administração municipal e para o aluno.

Precisamos melhorar a gestão do processo de descentralização do recurso nas transferências fundo a fundo.

Vamos disponibilizar orientação técnica permanente aos municípios nas suas dificuldades relacionadas aos requisitos para receber a transferência dos recursos para o transporte escolar, merenda escolar e outros, e nas prestações de contas.

10 – Trabalhar com portfólio de programas federais e estaduais por perfil de escola – a escola interessada, com orientação da SEDUC, fará a adesão ao programa de acordo com a sua possibilidade de execução.

11 – Erradicar o analfabetismo de jovens e reduzir o analfabetismo de adultos e idosos por meio de uma grande campanha estadual, com o apoio da sociedade civil e dos municípios.

12 - Possibilitar a ampliação das escolas inclusivas, estruturando condições para garantir a permanência e a inclusão social da pessoa com necessidades educacionais decorrentes de deficiência

1.2 SAÚDE

PACTO PELA MUDANÇA: MAIOR RESOLUTIVIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Objetivo:

- a) Aumento da eficiência e melhoria de acesso aos serviços de saúde, revitalizando a municipalização;
- b) Promoção da melhoria da capacidade de cada unidade de forma que tenha capacidade para atender à demanda de sua competência e capacidade para encaminhar os casos que necessitam de atendimento mais especializado, independente de ser uma unidade de atenção primária, uma UPA por exemplo, ou hospital de referência.
- c) Melhoria do Sistema Estadual de Saúde para garantir maior resolutividade dos serviços de saúde e garantia da capacidade do sistema, desde a consulta inicial do usuário no serviço de atenção primária à saúde, até a solução de seu problema em outros níveis de atenção à saúde.

PROPOSTAS PARA A SAÚDE

1 – Melhorar as características tecnológicas da Rede de Saúde em Rondônia através de investimento no incremento de equipamentos médicos (medicamentos, exames subsidiários, aparelhagem de RX etc.) das unidades de atenção básica para melhorar o atendimento próximo ao usuário.

Apoio aos municípios para ampliação e melhoria da capacidade de atendimento através de:

- Integração da assistência emergencial de baixa e média complexidade ao SAMU, à Rede Básica e ao Programa Saúde da Família.

2 - Estruturar e ampliar a Regulação da Atenção à Saúde e da Regulação do Acesso à Assistência: através da Central de Regulação de Consultas e Exames, Central de Regulação de Internações Hospitalares incluindo os leitos de retaguarda, Central de Regulação de Urgências e Central Estadual de Regulação de Alta Complexidade, visando:

- a) ampliação da regulação da urgência e emergência,
- b) redução do tempo de espera para realização de procedimentos de média e alta complexidade,
- c) redução do tempo de internação (extratempo das internações).

- Criar o **prontuário eletrônico** interligado com a regulação através da informatização da rede de saúde.

3 – Expandir os ambulatorios médicos de especialidades onde ficam concentradas as equipes multidisciplinares de saúde, oferecendo tratamento rápido e especializado, desde consultas com especialistas não disponíveis na rede básica de saúde até diagnósticos e exames avançados através de parcerias com universidade pública e faculdades privadas ligadas ao ensino da medicina e enfermagem.

- Promover o acompanhamento à saúde e reabilitação da pessoa com deficiência, por meio de políticas específicas às pessoas com mobilidade reduzida.

4 – Fomentar e apoiar a organização dos municípios em Consórcios Intermunicipais de Saúde como uma estratégia no combate aos vazios assistenciais, no fortalecimento da Rede de Serviços de Saúde nos municípios a partir da Atenção Básica resolutive e de fácil acesso e aproximar os serviços dos usuários.

Neste sentido, os Consórcios Intermunicipais facilitarão a estruturação dos serviços de saúde especializados de forma regionalizada, possibilitando, com o apoio do Governo do Estado:

a) Ampliação da Estratégia Saúde da Família e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e UPA para todos os municípios.

b) Ampliação do atendimento domiciliar, as unidades básicas de saúde com assistência emergencial de baixa e média complexidade 24 horas e serviços do SAMU para reduzir a demanda espontânea de urgência e emergência de baixa e média complexidade na rede de hospitais públicos com grandes emergências.

c) Qualificação dos recursos humanos para o atendimento na Atenção Básica.

d) Informatização e ampliação do Programa de Distribuição de Medicamentos e do Programa de Farmácia Popular

5 – Fortalecer programas de saúde focados em seguimentos específicos da população através da implantação do atendimento especializado e diferenciado:

a) Assistência à Saúde da Mulher priorizando as políticas para redução da mortalidade materna e infantil, a garantia do pré-natal de qualidade, a qualificação dos serviços de referência para gestação de alto risco.

Incluir as mulheres nos programas de saúde existentes na rede SUS, viabilizando em todos os municípios exames para detecção e prevenção do câncer de mama e do colo do útero.

b) Combater a mortalidade infantil melhorando a cobertura vacinal, a segurança alimentar e incentivando o aleitamento materno.

c) Assistência à Saúde do Idoso.

- Criar programa de atenção integral ao idoso com ações de promoção, proteção, cura e reabilitação, articulado em rede com os demais serviços.

d) Qualificar e ampliar o atendimento aos portadores de transtorno mental e dependentes químicos, principalmente o crack, álcool e drogas:

- Formar equipes de atendimento domiciliar especializadas integrando as áreas de saúde, assistência social, educação e segurança.
- Criar programa de formação de cuidadores no lar.
- Apoiar os municípios na criação de CAPS e CAPS AD.
- Intensificar ações voltadas à prevenção nas escolas.

e) Promover ações e programas de prevenção e controle da diabetes, diabetes ligada à hipertensão e Diabetes ligado à obesidade infantil.

f) Apoiar Programa de Saúde Itinerante para atender a população ribeirinha, quilombola ou isolada.

6 – Melhorar e qualificar o cuidado às pessoas com doenças crônicas através de programas de vigilância e prevenção das doenças crônicas no Estado integrados a ações de promoção de bons hábitos alimentares, exercício físico e qualidade de vida.

7 - Ampliar o apoio para que o Hospital São Daniel Comboni ofereça o mesmo padrão de serviços oncológicos que a Fundação Pio XII (Barretinho) oferece em Porto Velho.

8 – Investir na promoção da saúde e prevenção de doenças fortalecendo a vigilância epidemiológica e ambiental, com ênfase na AIDS, dengue, hanseníase, tuberculose, leptospirose, influenza e malária entre outras.

Buscar investimentos para a reestruturação e modernização da gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando a ampliação da oferta e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Estender os programas de vigilância em saúde para todos os municípios do Estado de Rondônia com foco no fortalecimento das vigilâncias municipais e melhoria dos repasses federais para a execução das ações pelos próprios municípios.

9 – Política de Saúde do Trabalhador

- Reestruturar o CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador para melhorar e ampliar a sua atuação de prevenção de doenças e acidentes de trabalho.
- Apoiar os municípios para o desenvolvimento de políticas que melhorem as condições de trabalho do trabalhador urbano e rural.

10 – Ampliação de leitos hospitalares de média e alta complexidade

- Construção de hospitais de Média Complexidade em Vilhena e Ariquemes.
- Construção de unidade hospitalar de Média e Alta Complexidade em Ji-Paraná.
- Conclusão do Hospital Regional de Guajará-Mirim

11 – Construção, na capital, do novo HOSPITAL E PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO II e HOSPITAL de TRAUMA.

12 – Construção de um Centro de Ginecologia e Obstetrícia Estadual (Alta complexidade)

13 – Otimizar a política de doação, captação e transplantes de órgãos

1.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

PACTO PELA MUDANÇA: UNIVERSALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O **GOVERNO EXPEDITO JÚNIOR** vai promover a inclusão social e o desenvolvimento de potencialidades dos indivíduos com foco na família.

PROPOSTAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 – Apoiar os municípios para implantação da gestão plena do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - Apoiar os municípios na estruturação e ampliação da sua rede de proteção social, disponibilizando assessoria técnica especializada e recursos financeiros para efetivação de programas de atendimento à família e indivíduos em situação de vulnerabilidade social ou fragilização de vínculos afetivos, centros de atendimento à mulher, apoio a moradores de rua (albergue e refeitório), centros de atendimento ao cidadão para atendimento aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.

2 – Apoiar programas para crianças e adolescentes - estabelecer condições de efetividade para programas de acolhimento e assistência às crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e crianças e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

3 – Implementar ações para superar as exclusões sociais (políticas transversais para mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoa com deficiência).

- Implantar Centros de Convivência e lazer para idosos em parceria com IES cursos de educação física, fisioterapia e posto de enfermagem em parceria com IES particulares e públicas, cursos de artes manuais de corte e costura, pinturas, dentre outros, aula de dança, academia da saúde para promoção da saúde, alfabetização, curso de informática, sala de cinema, utilizando, principalmente prédios públicos ociosos.

- Instituir Programa de apoio e desenvolvimento das creches nas comunidades para melhoria dos seus procedimentos e estrutura, através de editais de chamamento público, aliados à participação dos gestores em cursos de elaboração de projetos, gerenciamento de recursos públicos e prestação de contas.

- Apoiar a revitalização dos conselhos comunitários para cooperação social de reestruturação das famílias, para que adolescentes e jovens em situação de abandono e de risco retornem das ruas para seus lares.
 - Implantar políticas próprias do setor destinadas às unidades de internação do menor sobre saúde dos jovens, redução da obesidade juvenil, informações sobre sexualidade, combate às drogas, ensino técnico, inclusão digital, empregabilidade.
 - Oferecer formação profissional para jovens em situação de risco social através de programas federais e programas próprios.
 - Implantar, nos Centros de Atendimento ao Cidadão a serem criados com a parceria dos municípios, atendimento especial aos indivíduos em situação de vulnerabilidade.
 - Ampliar os programas de habitação de interesse social em parceria com união e municípios para suprir a carência de habitação do estado.
 - Garantir vagas reservadas em estacionamentos dos prédios públicos estaduais, acessibilidade nas calçadas e praças com piso antiderrapante, instalação de barras de apoio, sinalização e rampas nas escolas públicas, hospitais e nas demais repartições públicas que compõem a estrutura da administração estadual e obras financiadas com recurso público estadual.
 - Reconhecer e respeitar os direitos, conhecimentos, inovações, práticas, tradições e formas próprias de organização social dos povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas. Garantir seus territórios e seu direito ao acesso e uso dos recursos naturais que formam a base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Identificar e implementar formas adequadas às suas culturas para garantir seu acesso às políticas e aos recursos públicos. Criar e por em prática formas adequadas para o fomento a suas atividades econômicas. Apoiar os processos de gestão ambiental de seus territórios.
- 4—Implantar o PEHIS-RO Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Rondônia - Estado de Rondônia ainda não desenvolveu um plano de habitação próprio de modo que a carências habitacionais do Estado são atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida com uma pequena colocação de dinheiro do Estado transformado assim em Morada Nova. Estes projetos, contudo, apesar de gerarem moradias, não atendem uma programação que enfrentem os problemas de moradias mais graves do Estado. Por outro lado boa parte das moradias ofertadas se fazem em locais sem condições de acesso a água, saneamento e mobilidade urbana.

- Estabelecimento de um Plano habitacional para o Estado localizando a oferta de moradias dignas nos locais efetivamente necessários, especialmente em municípios como Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena
- Previsão das condições de habitabilidade, ou seja, envolver não apenas a construção de moradias, mas que estas estejam regularizadas e com acesso a água, saneamento, mobilidade (urbana ou rural) etc.;
- Previsão de mecanismos de sustentabilidade para os condomínios verticais e sustentabilidade energética
- Reabilitação e reurbanização de conjuntos já existentes e desenvolvidos em condições de habitabilidade sofríveis
- Enfrentar o déficit habitacional nas cidades acima de 50.000 habitantes que é estimado em 35.000 unidades com regularização fundiária e condições de habitabilidade e planos de sustentabilidade hídrica e energética
- Concluir em parcerias com municípios e a Caixa Econômica Federal os projetos paralisados
- Revitalizar projetos antigos realizados sem as condições de habitabilidade mínimas
- Compor *funding* com recursos estaduais junto com os recursos do “Minha casa Minha vida” programas federais ligados ao saneamento, mobilidade e uso de energias alternativas.

1.4. TRABALHO E RENDA

PACTO PELA MUDANÇA: MAIS PRODUTIVIDADE

Promover o crescimento como gerador de trabalho e renda:

- Produzir mais em espaços menores.
- Disponibilizar tecnologia no campo e extensão rural.
- Investir em tratamento local e regional do desenvolvimento.
- Buscar intervir na organização territorial em conformidade com as condições naturais existentes.
- Efetivar políticas de melhoria da vida dos pequenos negócios.
- Desenvolver políticas de retomada do desenvolvimento para os setores produtivos, garantindo apoio do governo estadual, com fomento, linhas de crédito e formas de financiamento para os empreendimentos estabelecidos e para novos investimentos.

PROPOSTAS PARA TRABALHO E RENDA

1 - Facilitar o acesso a mercado - Promover e apoiar iniciativas para conquista de novos mercados e expansão dos atuais através de:

- a) Fortalecimento e/ou valorização das marcas locais como estratégia de mercado;
- b) Implantação de um programa de compras governamentais para aproveitar a capacidade de compra da administração pública estadual que contemple a preparação das empresas locais para fornecer para o estado;
- c) Aumento do valor agregado e da competitividade dos nossos produtos.
- d) Ampliar a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho

2 - Fomentar o desenvolvimento e fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas - MPE - criar um programa específico para as MPE de Rondônia para fomentar o desenvolvimento e fortalecimento das MPE, a melhoria de gestão, logística, acesso à mercado e estímulo à capacitação técnico gerencial das empresas rurais. O Programa de apoio às MPE terá como foco a simplificação da legislação, reduzindo a burocracia e as dificuldades legais que esses empreendimentos enfrentam no dia-a-dia, além de ampliar os benefícios e facilitar o acesso à formalização para milhares de empreendedores.

3 - Promover as vocações turísticas e culturais do Estado como uma atividade econômica sustentável e relevante na geração de emprego e renda, contribuindo com a inclusão social da população. O Programa do **GOVERNO EXPEDITO JÚNIOR** para o desenvolvimento do turismo terá uma atuação forte na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos do estado.

4 - Fortalecer atividades coletivas e fomento de atividades inovadoras incentivando, apoiando e promovendo os empreendimentos fornecedores de matérias primas e componentes no entorno dos projetos industriais e de infraestrutura, concentrando todos os processos produtivos em parques industriais.

5- Estruturar Centros Públicos de Atendimento ao Trabalhador em todo o Estado com programas de acompanhamento profissional e gestão das oportunidades de estágios e empregos em parceria com a iniciativa privada, instituições de classe e representações setoriais como a FIERO, FECOMÉRCIO, SEBRAE, FAPERON, dentre outras.

6 - Incentivar o aumento da produtividade do agronegócio com a regionalização da distribuição do calcário através de parceria com as prefeituras para o armazenamento e distribuição local.

7 - Incentivar a piscicultura e a agricultura sustentável familiar e aumentar a renda no campo tendo no agronegócio familiar um modelo estratégico de produção para o desenvolvimento do Estado. Para tanto, o **GOVERNO EXPEDITO JÚNIOR** irá:

- a) Aperfeiçoar as políticas para melhorar a convivência com as mudanças climáticas;
- b) Promover a transição dos sistemas de produção, ao introduzir boas práticas ambientais e valorizar os sistemas de produção sustentáveis;
- c) Estimular novas cadeias produtivas com base em produtos sustentáveis e saudáveis, buscando capturar as oportunidades que os mercados interno e externo estão propiciando;
- d) Apoiar as atividades de piscicultura e a pesca esportiva considerando a vocação regional e o potencial de geração de renda;
- e) Promover a organização econômica, qualificando a participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas e ampliando a capacidade de investimento.

1.5. SEGURANÇA

PACTO PELA MUDANÇA: MAIS SEGURANÇA

- Combinação de políticas preventivas, inteligência policial e reforço qualificado da estrutura preventiva e ostensiva do estado.
- Investimento em prevenção e ressocialização.
- Investimento na modernização tecnológica da segurança pública e de suas práticas de perícias, investigação e policiamento ostensivo com qualificação técnica e integração das ações.
- Reformulação da gestão da segurança pública com fortalecimento do planejamento visando a eficiência e eficácia na desarticulação do crime organizado e na redução das práticas de violências.
- Desenvolvimento de programas direcionados para melhoria da qualidade de vida dos servidores da segurança pública.

PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA

1 – Investir no policiamento comunitário através de:

- a) Incentivo à ronda de bairro com a presença dos policiais nas comunidades;
- b) Fortalecimento do policiamento ostensivo com apoio de veículos (viaturas e motos);
- c) Estímulo à parceria entre a polícia e a comunidade para trabalhar a prevenção e redução dos índices de criminalidade;
- d) Expansão para os bairros e municípios da UNISP – Unidade Integrada de Segurança Pública onde atuam juntos a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, interligados a uma central de gerenciamento;
- e) Apoio à criação e manutenção dos Conselhos de Segurança.

2 –Promover a integração das ações das forças da Segurança Pública priorizando o treinamento, equipamento e modernização das forças policiais.

- Criar Programa de Formação específico para a Segurança Pública integrando a formação das Polícias e Corpo de Bombeiro Militar.

-Construir o Centro de Formação da Segurança Pública para a unificação das unidades de ensino das polícias e bombeiros, dotando o de instalações, tecnologias e currículo adequados à formação dos profissionais da Segurança Pública.

- Investir em uma central única de atendimento de chamadas emergenciais policiais e de bombeiros responsável pela gestão dos métodos de captação e difusão de ocorrências, independente de onde o fato tenha ocorrido, considerando:

- a) Localização única e a centralização do atendimento das chamadas telefônicas para permitir maior agilidade na comunicação das ocorrências e no despacho de recursos operacionais das polícias e de bombeiros;
- b) Contratação de tele atendentes civis, complementando o trabalho prestado por militares, sem reduzir o efetivo operacional nas ruas.

3 - Reorganizar a estrutura organizacional e funcional da SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

- Formar quadro civil para atender área administrativa da Polícia Militar a um custo menor liberando parte do efetivo da administração interna das organizações policiais para atividade de polícia ostensiva.

- Investir em estrutura policial ostensiva para patrulhamento nas rodovias estaduais visando à redução da violência, com possibilidade de captação de recursos através de convênio com a União para atender rodovias federais que não são atendidas pelo patrulhamento da PF.

- Apoiar o fortalecimento da gestão financeira e operacional da ASTIR visando melhorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar o atendimento para a Polícia Civil do Estado.

4 - Implantar modelo de gestão baseado em tecnologia e gestão orientada para resultados através de um sistema de gerenciamento de metas com definição de indicadores estratégicos de redução de criminalidade, desarticulação do crime organizado e redução das práticas de violência.

- a) Aprimorar o processo de investigação através da integração das inteligências policiais e formação técnica dos profissionais.
- b) Informatizar e integrar os processos entre as delegacias com os órgãos técnicos da Polícia Civil disponibilizando *online* a entrega dos laudos periciais.
- c) Promover a adoção de padrões técnicos de policiamento através de sistema de informação confiável e capaz de fornecer estatísticas georreferenciadas subsidiando operações policiais inteligentes, focadas e orientadas para a cidadania.
- d) Habilitar 100% do efetivo de profissionais da inteligência para utilização de técnicas adequadas de inteligência policial e nos casos de investigação criminal.

5 - Fomentar parcerias e investimentos necessários para que as instalações físicas e os programas penitenciários atendam a padrões mínimos internacionais para a segurança e ressocialização dos presos.

- Captar recursos junto à iniciativa privada para substituir o atual modelo prisional pelo modelo de Presídio Indústria através de Parceria Público Privada – PPP contemplando as seguintes obrigações:

- a) Investimento na construção e manutenção de unidades dentro dos padrões internacionais de segurança e tratamento penal;
- b) Responsabilidade social do empresário com programas voltados às famílias dos detentos, principalmente os filhos, e de prevenção;
- c) Promoção de atividades laborais e educacionais para o detento;
- d) Ressocialização e preparação do detento para o retorno à sociedade.

6 – Criar programas próprios ou em parceria com a união e os municípios de prevenção e ressocialização de presos.

- a) Criar condições de aproveitamento da mão de obra prisional e dos egressos do sistema para o programa habitacional de interesse social e saneamento básico.
- b) Fortalecer o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD e apoiar sua expansão por todo o Estado.
- c) Implementar programas de educação e tratamento de pessoas envolvidas com drogas e álcool, numa parceria das Secretarias de Estado de Saúde e de Assistência Social com a união, municípios e organizações do terceiro setor.
- d) Firmar parcerias com o Governo Federal e municípios para o combate do comércio de drogas nas fronteiras do Estado.

7 – Ampliar a rede de Defesa Civil e política de vigilância dos desastres e resposta rápida - mapear as áreas de risco de inundações e outros desastres naturais, planejar e executar ações para eliminar ou reduzir o risco de dano à população. Montar serviço de alerta para minimizar os danos e facilitar a evacuação das pessoas atingidas.

- a) Apoiar os municípios para a criação de unidades permanentes de Defesa Civil
- b) Executar ações de urbanização das áreas inundadas, recuperação ambiental e melhorar as condições de habitação e infraestrutura urbana das áreas atingidas pelas enchentes do Rio Madeira.

8 – Ampliar as medidas protetivas à mulher em situação de violência doméstica.

9 – Ampliar o efetivo do Corpo de Bombeiros e garantir a presença de batalhões nos municípios.

10 – Propiciar a participação dos Agentes Penitenciários na gestão da Secretaria de Justiça.

1.6. ESPORTE E LAZER

PACTO PELA MUDANÇA: ESPORTE E LAZER, UM DIREITO SOCIAL DO CIDADÃO

- Democratização do esporte e lazer e a garantia do direito ao acesso de qualidade às políticas públicas de lazer e de esportes.
- Inclusão social e prevenção focada em crianças, jovens e adolescentes em situação de risco social.
- Qualidade de vida e saúde para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

PROPOSTAS DE ESPORTE E LAZER

1 – Fazer a reestruturação organizacional e funcional da SEJUCEL para que ela tenha capacidade de construir e gerir as políticas públicas de esporte e lazer do Estado.

2 – Criar Portifólio de Programas Estaduais de Fomento ao Esporte, em especial programa de esporte escolar, esporte de participação, lazer e inclusão social, além do incentivo ao esporte de alto rendimento.

– Criar programa de esporte escolar integrando a SEJUCEL e o professor de educação física das escolas para ampliar a participação dos alunos em atividades esportivas no contra turno escolar.

– Criar calendário esportivo do Estado – incluindo as diversas modalidades de esporte em competições regionais e estaduais.

3 – Implantar programa de agentes de esporte e lazer nas comunidades através da formação de jovens, adultos e idosos para incentivar o processo de organização e mobilização das comunidades em torno de atividades esportivas e de lazer.

- Eventos de esporte e lazer dirigidos a todas as faixas etárias.

- Realizar oficinas culturais nos centros de convivência dos bairros, de música e teatro, artesanato, brinquedotecas, salas de leituras, jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas e clássicas, artes marciais, capoeira, ginásticas e esporte recreativo, sala de cinema, dentre outros, fortalecendo a cultura local, a diversidade cultural e as relações intergeracional.

- Garantir a inclusão social e prevenção na infância, juventude e velhice.

4 – Criar espaços de convivência para a prática de atividades culturais, artística, profissionalizantes, esportivas e de lazer com vistas ao desenvolvimento pleno dos jovens.

1.7. CULTURA E TURISMO

PACTO PELA MUDANÇA: CULTURA E TURISMO COMO DINAMIZADORES DA ECONOMIA

- Fomento às atividades turísticas e culturais com foco na geração de emprego e renda e o desenvolvimento dos municípios rondonienses com vocação turística.
- Promoção do desenvolvimento da infraestrutura e da melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- Estímulo ao turismo interno.

PROPOSTAS PARA CULTURA E TURISMO

1 – Investir no desenvolvimento da infraestrutura do turismo

- a) Construção de um Centro de Convenções em Porto Velho – através de parceria público/privada para atender as demandas por eventos de grande porte;
- b) Criação de espaços para comercialização dos produtos culturais como feiras, exposições, etc;
- c) Retomada dos estudos sobre o zoneamento e tombamento de áreas históricas de Rondônia.

2 - Concentra-se na promoção, no marketing e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos rondonienses no Brasil e no exterior:

- a) Criação do Site de turismo de Rondônia, Folheteria e Mapa Turístico de Rondônia;
- b) Apoio para os municípios gerarem conteúdo em mídia especializada;
- c) Implementação, em parceria com os municípios polos, de um serviço de informações turísticas;
- d) Criação de campanha publicitária para divulgar Rondônia;
- e) Participação efetiva do Estado em eventos do trade turístico;
- f) Realização de Salão do Turismo de Rondônia;
- g) Vinculação do patrimônio histórico-cultural singular da Madeira-Mamoré como vitrine do Turismo de Rondônia

3 – Fortalecer a rede estadual da cultura disponibilizando apoio técnico para o planejamento do turismo nos municípios para:

- a) Criação e/ou fortalecimento de seus conselhos municipais de cultura;

- b) Inventário, pesquisa de demanda, diagnóstico e Planos Municipais de Desenvolvimento Turístico;
- c) Inserção de Rondônia nos programas macros do Ministério do Turismo;
- d) Retomada dos estudos sobre o zoneamento e tombamento de áreas históricas de Rondônia;

5 - Fortalecer a cadeia produtiva do turismo.

- Implementar programa de aprimoramento da prestação de serviços ao turista e na qualificação profissional dos trabalhadores, colaboradores e demais prestadores de serviços turísticos em Rondônia.
- Articular, estimular e desenvolver, em parceria, o Ecoturismo em Unidades de Conservação em Rondônia.
- Criar estratégias específicas para os diversos segmentos (pesca esportiva, ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, observação de pássaros, turismo religioso, etc.).

6 – Aproveitar as potencialidades da Economia Criativa, articulando as instâncias governamentais na idealização e implementação de políticas públicas voltadas ao segmento, que viabilizem mecanismos fiscais incentivadores e o surgimento de incubadoras culturais nas diversas regiões do estado.

DIRETRIZ II: CRESCER PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

2.1. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PACTO PELA MUDANÇA: PRIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Recuperação do atraso tecnológico do Estado através de:

- Investimento em inovação de processos e produtos.
- Promoção da inovação e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.
- Estímulo ao dispêndio privado em P&D, expandindo o conhecimento e seu uso em novas aplicações.
- Geração de conhecimento e difusão de conhecimento e inovação e incorporação na produção.
- Apoio técnico para certificação, capacitação empresarial e de recursos humanos.

PROPOSTAS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Criar o Programa de Inclusão Digital do Estado de Rondônia com instalação de TELECENTROS e cursos gratuitos de inclusão digital para as comunidades.
- Criar o Programa de C&T na Educação, disponibilizando equipamentos e ferramentas de conteúdos, capacitação e suporte tecnológico para professores e alunos da Rede Estadual de Ensino.
- Criação da Semana Estadual de Ciência e Tecnologia como motivador de escolas e municípios para a geração de novos conhecimentos e progresso científico além de popularizar o experimento científico.
- Criar programa de C&T estratégicos buscando incentivar e aproximar a produção científica das instituições de ensino superior do Estado do setor produtivo.
- Investir em programa de formação de parques tecnológicos e de incubadora de empresas em parceria com programas federais e instituições de ensino superior.
- Realizar edital de chamada pública, sob coordenação da Fundação de Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERON, para apoio institucional a pesquisadores para compra

de equipamentos e expansão da base laboratorial e infraestrutura de pesquisas de interesse do Estado.

- Firmar parcerias com instituições federais como o Ministério da Ciência e Tecnologia, Departamento de Ciências e Tecnologia do Ministério da Saúde, CAPS/Ministério da Educação, SEBRAE, dentre outras agências de investimento em ciência e tecnologia, para financiamento de projetos inovadores e serviços tecnológicos de interesse do Estado.

2.2. GESTÃO EMPREENDEDORA

PACTO PELA MUDANÇA: PROMOÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA

- Investimento na melhoria da gestão de empreendimentos.
- Criação de programa de melhoria de gestão para MPE.
- Estímulo à capacitação técnico-gerencial das empresas rurais.
- Fomento à cultura do empreendedorismo nas escolas

PROPOSTAS PARA GESTÃO EMPREENDEDORA

1 – Incentivar a cultura empreendedora através de programa de empreendedorismo nas escolas.

2 – Apoiar as micro e pequenas empresas do Estado de Rondônia com apoio financeiro e político:

- a) Articulação de parceria com o SEBRAE para implantação de programa permanente de capacitação técnico-gerencial para micro e pequenos empreendedores e acesso à ferramentas para a melhoria da gestão;
- b) Criação, em parceria com os municípios, da rede estadual de apoio às micro e pequenas empresas para viabilizar um ambiente legal, tributário e econômico que favoreça o nascimento e crescimento de empresas no Estado.

2.3. INFRAESTRUTURA

PACTO PELA MUDANÇA: POLÍTICAS EFICIENTES DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Investimento em infraestrutura e logística
- Estruturação e integração da infraestrutura de transportes.
- Investimento em infraestrutura de comercialização e escoamento da produção.
- Investimento em tecnologia da informação e comunicação - TIC

PROPOSTAS PARA INFRAESTRUTURA

1 - Melhoria dos indicadores de saneamento - Atualmente o Estado de Rondônia tem os piores indicadores de saneamento (atendimento de água e esgoto) do país e uma das maiores tarifas médias praticadas do país.

2 - PPP do Porto Público, com desenvolvimento do Terminal Anchieta e ligações logísticas

- O estado de Rondônia possui um excelente potencial para se tornar o hub logístico da Amazônia Ocidental, ajudando no escoamento da produção agrícola do Estado, do Norte do Mato Grosso e atendendo ao estado do Amazonas. Para a realização deste potencial, é necessária a ampliação da oferta de serviços portuários, tanto na base privada quanto na pública. A competição entre os portos também pode agir no sentido de melhores serviços e menores custos logísticos

- Aumentar o acesso da produção agrícola/industrial aos serviços de distribuição por via fluvial.

- O desenvolvimento da oferta de serviços portuários só pode acontecer se a dragagem do Rio Madeira for realizada e concluída a tempo, dados o ciclo de chuvas da região e as características do Rio. No entanto, isso não vem acontecendo nos últimos anos. Para garantir isso, o ideal seria ter este serviço sendo realizado pelo governo de Rondônia.

3 - Melhoria da Infraestrutura rodoviária

- Para que Rondônia realize sua vocação de hub logístico, os acessos rodoviários precisam estar em boas condições durante o ano todo. Para isso, existem dois desafios: a) Garantir a manutenção, pelo DNIT, da BR364 para que tenha condições operacionais durante o ano todo;

b) Liderar junto com a bancada federal pressão ao governo federal visando a duplicação da BR364 e a restauração da BR319.

11 - Centralizar as operações de desassoreamento do Rio Madeira junto ao Governo de Rondônia - O desenvolvimento da oferta de serviços portuários só pode acontecer se a dragagem do Rio Madeira for realizada e concluída a tempo, dados o ciclo de chuvas da região e as características do Rio. No entanto, isso não vem acontecendo nos últimos anos. Para garantir isso, o ideal seria ter este serviço sendo realizado pelo governo de Rondônia.

- Garantir a navegabilidade da hidrovia durante todo o ano, realizando dragagem e desassoreamento do rio.

- Aumentar o acesso da produção agrícola/industrial aos serviços de distribuição por via fluvial.

12 - Melhorar na distribuição de energia elétrica- Um dos problemas mais presentes na vida do rondoniense é a baixa qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. Em resposta ao crescimento não planejado da população do estado, a rede de distribuição precisa ser atualizada para a melhora da qualidade dos serviços. Para isso, existem os desafios:

a) Pressionar a distribuidora local para a realização dos investimentos para a melhora da rede existente.

b) Desenvolver competências de planejamento das cidades para que o crescimento se dê com planejamento, sem sobrecarregar tanto a infraestrutura existente.

c) Conseguir que a distribuidora local de energia realize os investimentos em ampliação e melhoria da rede para reduzir a frequência e intensidade das falhas de fornecimento.

- Neste caso, não são necessários recursos do orçamento estadual. Para a negociação junto à distribuidora local, é necessário apoio político – e eventualmente o MPF. Sobre o planejamento da expansão da rede de distribuição, é necessário acessar as fontes de recursos federais (Ministério das Cidades) para desenvolver estas competências de planejamento dentro dos governos estadual e municipais.

13 – Desafogar o trânsito de Porto Velho e melhorar as vias públicas através da recuperação da pavimentação das ruas, incluindo a sinalização vertical e horizontal, faixas para pedestres e faixas de segurança para pedestres.

14 – Alfandegamento do aeroporto de Porto Velho

2.4. AGROPECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E EXTRATIVISMO VEGETAL.

PACTO PELA MUDANÇA: COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

PROPOSTAS PARA AGROPECUÁRIA, PISCICULTURA E EXTRATIVISMO VEGETAL

1 - Regularização fundiária e ambiental das propriedades agrícolas: Atrair o produtor rural para acordos extrajudiciais de regularização fundiária e ambiental, oferecendo a título precário (temporariamente) as reservas de propriedade do estado até que forme sua reserva legal.

2 - Regularização fundiária: O estado irá fazer um levantamento e registro de seus imóveis e os conflitos com os proprietários. Oferecerá ao proprietário rural área de compensação ambiental, derivada das áreas de reserva do estado, que cubra parte de sua área não preservada desde que ele faça um acordo extrajudicial de seus limites.

3 - Regularização ambiental: O acordo propiciará ao proprietário a regularização fundiária e ambiental que permitirá acesso ao crédito. O mesmo se comprometerá a recuperar gradativamente sua área de reserva, compensada pelo estado a título precário, com prazo de carência e escala de recuperação anual.

- Viabilizar aos proprietários interessados um mecanismo que possibilite a regularização de suas propriedades;

- Utilizar as áreas de preservação do estado como compensação ambiental para os proprietários rurais cobrindo parte de sua área de reserva legal não preservada desde que ele faça um acordo extrajudicial de seus limites, comprometendo-se a recuperar gradativamente sua área de reserva legal no prazo de 20 anos, sendo 10 de carência e 10 para recuperar 1/10 ao ano e promova a recuperação de pastagens e/ou converta suas áreas de produção convencional para plantio direto.

4 - Condicionamento Químico e Físico do Solo: Como parte do processo, o proprietário se comprometerá a recuperar sua área de pastagem ou produção, neste último caso migrando para plantio direto, com aplicações mais elevadas de corretivos que propiciará aumentos de produtividade, sendo possível o financiamento através do Programa ABC do BNDES. Fomento para Instalação de Laboratório de Análise de Solos, Corretivos e Fertilizantes. Objetivos:

- a) Propiciar embasamento técnico para as recomendações agrícolas;
- b) Elevar as baixas produtividades observadas no estado e incrementar os níveis de produtividade de soja e café robusta que já se encontram em bom nível;
- c) Eliminação das áreas degradadas de pastagem;

d) Aumentar a produção mesmo com as limitações de exploração impostas pelo código florestal, intensificando o uso da terra disponível para agropecuária.

e) Apoio para uso do Programa ABC/BNDES:

f) Investimentos destinados à recuperação de pastagens com até 8 anos, podendo se estender até 12 anos quando a componente florestal estiver presente, incluindo até 3 anos de carência.

g) Financiamento para calcário, gesso e fosfatados e para as operações agrícolas de condicionamento físico do solo em projetos que envolvam plantio direto "na palha" com até 10 anos, incluindo carência de até 5 anos

- Fomento para Instalação de Laboratório de Análise de Solos, Corretivos e Fertilizantes:

a) Instalar ou fomentar a instalação de laboratórios de análises de solos, corretivos e fertilizantes nas universidades federais e particulares para que realizem análises em escala comercial e que formem profissionais capazes de instalar novos laboratórios;

b) Estabelecer métodos de avaliação dos laboratórios com aferição periódica dos mesmos com solo, fertilizantes e corretivos padrões para avaliação de desvios entre os mesmos e outras instituições e empresas.

5 - Apoio Técnico: A EMATER auxiliará o proprietário tanto no acesso ao crédito como em sua regularização fundiária e ambiental.

- Agentes Cooperativos: Dentro da EMATER será criada a função de agente cooperativo que buscará fomentar, organizar, apoiar e estruturar a criação de cooperativas de agricultores familiares que em um primeiro instante visarão atender às demandas de alimentos dos programas de governo e posteriormente substituir a importação de alimentos do estado e por fim exportá-los.

- Oferecer assistência técnica e extensão rural, preferencialmente, às associações e cooperativas de pequenos produtores rurais e urbanos visando a obtenção de maior eficiência, agregação de valor à produção /comercialização.

6 - Criação da figura do Agente Cooperativo, cujo objetivo é organizar todos os elementos necessários para estabelecimento de cooperativas agrícola, agendando assembleias, desenvolvendo planos de negócios e treinando técnicos e direção para a sobrevivência independente.

- Fomento e apoio a criação e desenvolvimento de cooperativas agrícolas e agrovilas obtendo padronização de métodos e qualidade dos produtos agrícolas.

- Oferecer apoio técnico à estruturação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas de pequenos produtores rurais e urbanos visando a agregação de valor e comercialização da produção.

7 – Apoio técnico para elaboração e acompanhamento de projetos de financiamento com o objetivo de:

- a) Dar acesso aos agricultores às linhas modernas de crédito disponíveis no BNDES, como o Programa ABC cujo objetivo é desenvolver projetos que envolvam plantio direto "na palha" com até 10 anos de prazo, incluindo carência de até 5 anos;
- b) Atendimento das demandas institucionais de alimentos através das cooperativas agrícolas;
- c) Substituição da importação de produtos de outros estados por produtos de Rondônia gerando renda dentro do estado;
- d) Estreitamento da relação das cooperativas com as centrais de abastecimento.

8 - Criação de uma base informatizada de dados e mapas georreferenciados que permitam identificar as propriedades, seus confrontantes e as informações mais relevantes dos proprietários e propriedades de forma a assegurar sua condição de regularização legal:

- a) Fornecer elementos para acordos extrajudiciais de conflitos agrários, como identificação de conflitos nas terras do estado e mapeamento de áreas de conflito agrário;
- b) Identificação de áreas com degradação ambiental;
- c) Propiciar um plano de microbacias e de recuperação ambiental;
- d) Desenvolver base geo e cartográfica para o CAR – Cadastro Ambiental Rural;
- e) Dar agilidade à expedição de licenças ambientais.

9 – Estabelecer convênios com instituições de ensino superior do Estado e a EMBRAPA para o desenvolvimento técnico do agricultor, a educação/formação profissional de Engenheiros Agrônomos, Florestais e Técnicos Agrícolas e Florestais com o objetivo de:

- a) Tornar atrativa a atividades agrícolas para os jovens agricultores;
- b) Melhorar no nível técnico da atividade agrícola em geral;
- c) Propiciar aos agricultores e técnicos do setor agropecuário o contato com outras experiências a fim de possibilitar a criação de técnicas e tecnologias aplicáveis às condições locais;
- d) Inserir o conhecimento gerado no Estado de Rondônia ao contexto federal e internacional;
- e) Multiplicar o conhecimento florestal, agrônomo e pecuário a todas as regiões de Rondônia, valorizando os profissionais que utilizam as melhores técnicas com os melhores resultados.

- Realizar Congresso, Seminários e Feiras Científicas nas principais regiões administrativas do Estado e em suas microrregiões através de professores/estudantes multiplicadores do conhecimento;

- Contribuir para o esforço de elevar as produtividades agrícolas do programa de "Condicionamento Químico e Físico do Solo"

- Gerar um ciclo virtuoso no Estado de valorização dos profissionais e dos resultados.

10 – Fomento a feiras e eventos ligados à atividade rural e cultural do Estado a exemplo da feira de Ji-Paraná objetivando:

- a) Atração dos jovens para o agronegócio e agricultura familiar;
- b) Valorização da cultura rural e do homem do campo;
- c) Possibilitar aos agricultores o acesso a novas técnicas e tecnologias;
- d) Possibilitar a troca de experiência entre os agricultores.

11 - Desenvolver capacidade de armazenamento para o crescimento da produção e reduzir as perdas de produção por falta de armazenamento.

- Apoiar o desenvolvimento do setor de armazenagem efetuado por empresas comerciais cerealistas nacionais que trabalham diretamente com o produtor rural integrado e suas cooperativas;
- Ampliar a capacidade de armazenamento no segmento que atende diretamente ao produtor rural, o que a curto e médio prazo minimizará as pressões logísticas ocorridas nos períodos de safra.
- Reduzir alíquotas de ICMS para bens comprados dentro do Estado de Rondônia para Construção de Silos;
- Negociar convênio com prefeituras para redução de alíquota de ISS para serviços relacionados à instalação de Silos de Armazenamento.

12 - Intensificação do Uso do Poder de Compra do Estado - Prefeituras e Governo Estadual - para o Fortalecimento de Micro e Pequenas Empresas e da Agricultura Familiar

- Aquisições, pelo Governo do Estado de Rondônia, e pelos municípios rondonienses, de bens e serviços aquém do potencial proporcionado pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, para o fortalecimento de micro e pequenas empresas e da agricultura familiar.
- Capacitar gestores estaduais e municipais para ampliar a aquisição, via compras públicas, referendadas pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de bens e serviços provenientes de micro e pequenas empresas e da agricultura familiar do Estado de Rondônia.

13 - Dinamização do Extrativismo Vegetal em Rondônia - produto local pouco valorizado e caracterizado pela concentração em atravessadores. Baixa padronização e sem método de avaliação de qualidade para colheita, armazenamento e processamento.

- Apoio ao desenvolvimento de APL – Arranjos Produtivos Locais através dos Agentes Cooperativos da EMATER;
- Criação de marcas regionais com Selo de Sustentabilidade;
- Estabelecimento de marcas regionais guarda-chuva e inclusivas mediante o atendimento de normas de coleta, armazenamento e conservação;
- Apoio à Criação de Cooperativa e Agroindústria para Processamento da Produção;
- Diversificação da produção com plantas medicinais e aromáticas e medicamentos fitoterápicos para atendimento do SUS.

14 - Apoio ao Cultivo de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e à Produção de Fitoterápicos por Empreendimentos relacionados à Agricultura Familiar de Rondônia

- Diminuir a existência de sistemas agropecuários da agricultura familiar de baixa produtividade, baixa eficiência e baixo valor agregado no Estado de Rondônia.
- Disponibilizar assistência técnica e extensão rural para o cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares visando o processamento, embalagem e comercialização.
- Disponibilizar assistência técnica para a produção de fitoterápicos para o sistema público de saúde.
- Dotar o Estado de Rondônia de sistemas agropecuários da agricultura familiar de alta produtividade, alta eficiência e alto valor agregado.

15 - Aquisição De Medicamentos Fitoterápicos para o Sistema Único De Saúde (Sus) - Prefeituras e Governo do Estado produzidos por empreendimentos da Agricultura Familiar de Rondônia

- Aquisições, pelo Governo do Estado de Rondônia, e pelos municípios rondonienses, fitoterápicos produzidos por empreendimentos relacionados à agricultura familiar de Rondônia, com base na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

- Capacitar gestores estaduais e municipais para a aquisição de fitoterápicos produzidos por empreendimentos relacionados à agricultura familiar de Rondônia.

- Fortalecer micro e pequenas empresas e a agricultura familiar do Estado de Rondônia

16 - Ampliação e Melhoria de Processamento e Infraestrutura na Exploração de Calcário de Espigão D'Oeste

- Fornecer calcário suficiente à expansão agrícola do Estado.
- Aumentar a extração de calcário;
- Melhorar o PRNT do calcário comercializado para 90%;
- Criar centros de distribuição nas principais regiões agrícolas do Estado.
- Ampliar a produção atual de 800 mil t anuais para cerca de 2,5 milhões t anuais de calcário

17 - Ampliação das Pesquisas de Recursos Minerais - Estado possui uma riqueza mineral pouco explorada e mal identificada.

- Atrair grupo para investimento no estado;
- Redução de Alíquotas de ICMS para bens comprados dentro do Estado de Rondônia para a pesquisa mineral;
- Convênio com prefeituras para redução de alíquota de ISS para serviços relacionados à pesquisa mineral;
- Estabelecimento de parceria entre a CPMR Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Governo Federal e CRM Companhia de Mineração de Rondônia para pesquisa de recursos minerais exploráveis economicamente.
- Mapeamento de recursos minerais exploráveis economicamente no estado com escala de economicidade.

18 - Desenvolvimento de Cooperativa e Agroindústrias para os principais Arranjos Produtivos Locais-APLs do Estado

- a)Agregar renda e valor aos produtos agrícolas do Estado
- b)Denominação dos Agentes Cooperativos para os APLs;
- c)Fomento de Arranjo Produtivo Local;
- d)Criação das Cooperativas ligadas aos APLs;
- e)Apoio ao Registro de sustentabilidade;

f) Estabelecimento de marcas regionais guarda-chuva e inclusivas mediante o atendimento de normas de coleta, armazenamento e conservação.

g) Fomento de cooperativas de coletores.

h) Desenvolver a criação e padronização de procedimentos dos APLs, assim como das Cooperativas Locais, marcas e iniciar o projeto para financiamento das Agroindústrias.

19 - Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL do Estado de Rondônia - Aproveitar o potencial das micro e pequenas empresas do Estado de Rondônia para a geração de emprego, renda e criação de valor às comunidades nas quais estão inseridas.

- Promover a geração de emprego, renda e criação de valor aos empreendimentos localizados em APLs, tais como: de confecções, de turismo, de cerâmicas, de couro, dentre outros.

20 - Incentivo à Instalação de Agroindústrias - Agregar renda com a produção do estado;

- Geração local de emprego.

- Atrair grupo para investimento no estado;

- Redução de Alíquotas de ICMS para bens comprados dentro do Estado de Rondônia para a montagem da unidade industrial;

- Convênio com prefeituras para redução de alíquota de ISS para serviços relacionados à instalação da unidade industrial.

21 - Atração de Indústria de eletrodos para solda fria para aproveitamento da Província do Estanho de Rondônia

- Atrair grupo para investimento no estado;

- Redução de Alíquotas de ICMS para bens comprados dentro do Estado de Rondônia para a montagem da unidade industrial;

- Convênio com prefeituras para redução de alíquota de ISS para serviços relacionados à instalação da unidade industrial.

22 - Integração Produtiva das Empresas Rondonienses com Empresas do Polo Industrial de Manaus

- Aumentar o adensamento econômico-produtivo e tecnológico do Estado de Rondônia com geração de emprego e renda.
- Promover uma maior relação econômico-produtiva e tecnológica, por meio do fornecimento de bens e serviços pelas empresas localizadas no Estado de Rondônia às empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus.
- Ampliar em 100% a atual relação existente entre as empresas de Rondônia e as empresas do Polo Industrial de Manaus, nos segmentos de metal-mecânica, serviços gráficos e plásticos.

DIRETRIZ III: OFERTAR SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA TRANSPARENTE E CONFIÁVEL PARA TODOS COM BASE EM UM SETOR PÚBLICO ACESSÍVEL, EFICIENTE E RESPONSÁVEL.

3.1. GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

PACTO PELA MUDANÇA: MODERNIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA MELHORAR A SUA EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE

- Facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos através da regionalização, com a descentralização da prestação de serviços públicos, beneficiando as regiões mais distantes e menos desenvolvidas.
- Implantar, em parceria com os municípios, Centros de Atendimento ao Cidadão.
- Reduzir a burocracia e barreiras administrativas.
- Modernizar a estrutura de gestão da administração pública estadual
- Adequar a atual estrutura da administração pública estadual.
- Fortalecer a capacidade de planejamento, gestão e o controle interno.
- Implantar a gestão orientada para resultados estabelecendo um sistema de avaliação sistemática de programas públicos e efetividade dos gastos.
- Implantar políticas de melhoria da gestão de recursos humanos incluindo avaliações de desempenho.
- Implantar sistema de TIC integrado (Planejamento, Gestão de RH, Gestão de Logística, Gestão do Contencioso e Gestão de Compras).

PROPOSTAS PARA GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

1 - Recuperar a capacidade de investimento público do estado - O Estado de Rondônia possui condições de infraestrutura (baixa cobertura de saneamento básico, instabilidade da distribuição de energia elétrica e carência de estrutura logística, entre outros problemas apontados nesta proposta) aquém dos demais estados da região Norte do país. Isto prejudica o potencial de crescimento econômico e social do estado, pois atrai menos investimentos (não só de outros estados, mas também investimentos estrangeiros) e gera menos emprego à população, que acaba sendo justamente a mais prejudicada pelo atraso estrutural do estado. Para recuperar a capacidade de investimento do Estado será necessário:

- a) Reduzir ou conter o crescimento de gastos correntes (especialmente despesa de pessoal).

- b) Ampliar a arrecadação do governo, mas sem criar novos impostos ou elevar os que já existem.
- c) Ampliar a participação dos investimentos públicos no orçamento do estado.

2 - Recuperar a arrecadação de impostos estaduais - Para viabilizar os recursos necessários para a manutenção da máquina pública e principalmente, para elevar os investimentos públicos, o governo do estado deve garantir o bom funcionamento do seu sistema de arrecadação tributária. Isto permitiria ao governo elevar receitas próprias sem elevar ou criar novos impostos por meio de uma maior eficiência e controle do sistema de arrecadação.

- Modernizar a Receita Estadual (Fisco) do estado de Rondônia, via novos investimentos em Tecnologia da Informação. O desafio, neste caso, é evitar que esta busca pela eficiência se dê via ampliação do quadro de servidores, para não pressionar as despesas de custeio da máquina pública (despesa de pessoal)

- Fortalecer a Nota Legal Rondoniense, garantindo que o cidadão seja efetivamente contemplado com os créditos das notas fiscais (atualmente, o programa carece de prestígio junto à população)

- Promover uma ampla renegociação da Dívida Ativa do estado, o que permitiria que os inadimplentes quitassem suas dívidas e garantiria a recuperação de receitas ao governo do estado.

- Realizar um amplo programa de formalização de empresas, eventualmente em conjunto com o SEBRAE,

- Monitorar e gerir com maior eficiência o sistema de arrecadação tributária, o que elevaria no médio/longo prazo os recursos próprios (ou seja, do próprio estado) para financiar os investimentos necessários para melhorar sua infraestrutura.

- Fortalecer a Nota Legal Rondoniense, o governo mudaria a “cultura” do cidadão rondoniense, estimulando a formalização das atividades de comércio e serviços e diminuindo a evasão fiscal.

3 - Monitorar continuamente o patrimônio do estado de Rondônia - Não raramente os governos não conhecem toda a composição de seu patrimônio, ou seja, não conhecem os ativos possuídos pela administração pública direta. Estes ativos, se levantados e avaliados corretamente, podem ser utilizados para auxiliar direta ou indiretamente várias ações governamentais. Atualmente, várias iniciativas têm feito uso dos ativos públicos para viabilizar recursos ao governo ou a formação de parcerias com o setor privado sem privatizá-los, ou seja, sem diminuir o tamanho do patrimônio do estado.

- Realizar um amplo levantamento de todos os ativos possuídos pelo governo do estado de Rondônia (reservas e parques, terrenos, imóveis e créditos de dívida ativa, entre outros).
- Definir sua situação (se estão em uso ou não e se estão, para quais atividades)
- Realizar estudos para definir métodos de utilização dos mesmos, buscando o amparo de profissionais com experiência na área
- Após a finalização do levantamento dos ativos possuídos pelo Governo do Estado e da definição da utilização atual, espera-se que estes ativos possam ser usados para viabilizar parcerias com o setor privado ou viabilizar novos recursos ao governo do estado. Estas parcerias podem auxiliar na execução das demais propostas aqui apresentadas, especialmente em relação ao desenvolvimento agropecuário e infraestrutura.

4 - Atrair investimentos privados ao estado de Rondônia - Ainda que o governo consiga diminuir a carência de infraestrutura do estado via investimentos públicos, esta defasagem pode ser sanada muito mais rapidamente caso o setor privado também realize investimentos na infraestrutura do estado, por meio de concessões e parcerias (PPP). Os estados mais desenvolvidos do país e até mesmo o governo federal têm adotado este tipo de estratégia. Desta forma, o estado consegue direcionar mais atenção às suas atividades que mais demandam sua atenção (como educação e assistência social, por exemplo), o setor privado ganharia mais uma alternativa de investimento e o estado como um todo se beneficia dos investimentos realizados durante a concessão ou parceria com o setor privado. Adicionalmente, se o estado melhorar suas condições estruturais, novos investimentos privados serão automaticamente atraídos para a sua indústria (por exemplo, por meio da PPP do porto público, conforme propostas para a infraestrutura), seu agronegócio (por exemplo, para a construção de silos ou para exploração mais eficiente da CMR, conforme propostas para o agronegócio) e seu setor de comércio e serviços.

- Realizar um amplo levantamento das áreas de atuação do governo de Rondônia passíveis (ou que seja de interesse do governo) de concessão à iniciativa privada ou então, de formação de PPP (presídios, rodovias e portos, por exemplo);
- Realizar estudos para definir um marco regulatório ("regras do jogo") que transmita credibilidade ao setor privado, justamente para garantir que o mesmo tenha interesse em ser parceiro do Estado de Rondônia.

- "Fazer realmente funcionar" e fortalecer as ações da PPP Rondônia, que até o momento pouco fez na realização de PPP, e garantir que a mesma tenha forte interação com os órgãos de administração direta do estado (como a Secretaria de Planejamento, por exemplo).

5 - Modernização da administração pública - Assim como os profissionais do setor privado, os profissionais da administração pública também precisam reciclar seus conhecimentos continuamente para garantir que as práticas adotadas estejam em linha com as mais modernas e eficientes, garantindo à economia do estado e à sua população um governo que realmente "funcione"

- Ampliar a capacidade de gerir contratos sofisticados como os oriundo de PPPs e assemelhados.

- Realizar entrevistas com empresários e membros da sociedade civil para avaliar a qualidade do serviço público prestado pelo governo, avaliar a presença de "gargalos" na administração e melhorar o ambiente de negócios do estado.

- Instituir medidas para desburocratizar e agilizar o estado (diminuição do tempo para abertura e fechamento de empresas e facilitação na emissão de documentos às empresas e à população pelas repartições do estado, por exemplo, via investimentos em tecnologia da informação)

- Oferecer regularmente ao servidor público cursos de capacitação e reciclagem, inclusive via oferta de cursos do tipo MBA em gestão pública.

- Espera-se que ao modernizar a administração do estado, toda a sua estrutura aumente sua eficiência, ou seja, que ela realmente atue em benefício da população e do funcionamento da economia. Espera-se que o ambiente de negócios se torne mais favorável, com menos burocracia, e que os servidores estejam em permanente requalificação. Isto permitiria ao estado melhorar substancialmente o funcionamento da administração estadual sem a necessidade de contratação de novos quadros.

- Formação de parcerias com instituições que ofereçam cursos de reciclagem e aperfeiçoamento em gestão pública.

- Investimentos em tecnologia da informação para informatização dos processos de trabalho, criar alternativas de melhoria do acesso aos serviços públicos.

- Definição de uma equipe composta por membros da administração direta, do empresariado e da sociedade civil para avaliar e sugerir alternativas de melhora e de avaliação da qualidade do serviço público prestado.

6 - Comitê Executivo Gestor Das Políticas De Desenvolvimento Socioeconômico De Rondônia - Evitar a sobreposição e/ou ausência de ações/iniciativas entre órgãos do governo e outras instituições parceiras relacionadas ao Desenvolvimento Socioeconômico de Rondônia

- Criação de uma Instância para definição coletiva de prioridades estratégico-operacionais, de planejamento orçamentário, monitoramento e avaliação de programas e projetos relacionados ao Desenvolvimento Socioeconômico de Rondônia.
- Aumentar a capacidade de gestão interinstitucional dos programas e projetos relacionados ao de Desenvolvimento Socioeconômico de Rondônia
- Aumentar a eficiência na implementação e avaliação de políticas de Desenvolvimento Socioeconômico de Rondônia

7 - Participação ativa do Governador do Estado de Rondônia no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Condel) e no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Cas-Suframa)

- Evitar que decisões que afetem positiva ou negativamente o desenvolvimento econômico e social de Rondônia sejam tomadas sem a ciência e participação/negociação ativa do Governador do Estado.
- Pleno envolvimento e participação ativa do Governador do Estado de Rondônia nas decisões do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL) e no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS-SUFRAMA).

8 - Comitê Gestor das Ações de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado de Rondônia - A Região de Porto Velho congrega uma população superior a meio milhão de habitantes, vivendo em sua maioria em más condições de vida. Vários problemas apresentam a região como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, condições de mobilidade urbanas, condições de urbanismo e iluminação, problemas de segurança, violência e saúde entre outras.

Entende-se a situação de Porto Velho como um importante nó que atualmente trava o desenvolvimento do próprio Estado dado não apenas a sua situação geográfica como também a posição de polo irradiador de desenvolvimento do Estado. Percebe-se de outra parte a necessidade de integrar as ações na região, combinando ações de

saneamento, saúde, educação, mobilidade, urbanismo, segurança e desenvolvimento social. Para tanto faz-se necessário evitar a fragmentação e desarticulação de ações/iniciativas entre órgãos do governo e outras instituições parceiras relacionadas à infraestrutura e ao desenvolvimento Socioeconômico de região de Porto Velho

- Criação de uma Instância para definição coletiva de prioridades estratégico-operacionais, de coordenação de ações, planejamento orçamentário, monitoramento e avaliação de programas e projetos relacionados ao Desenvolvimento Socioeconômico da região de Porto Velho.
- Integrar ações, evitar sobreposições e lacunas nas políticas de desenvolvimento da região de Porto Velho,
- Auxiliar as ações desenvolvidas pelos municípios da região e compor ações que transcendam as fronteiras dos municípios, mas que sejam necessários dados a integração efetiva dos municípios e seus problemas (como transporte – anel viário, frota de transporte público – abastecimento de água e saneamento, etc.).

9 – Reestruturação organizacional e funcional do Governo adequando a atual estrutura da administração pública estadual eliminando as sobreposições de função, extinguir unidades que não justificam sua existência e melhorando outras para que possam prestar um serviço de melhor qualidade.

- Fortalecer a capacidade de planejamento e a efetiva execução do que foi planejado. Implantar a gestão orientada para resultados estabelecendo um sistema de avaliação sistemática de programas públicos e efetividade dos gastos.
- Implantar políticas de melhoria da gestão de recursos humanos incluindo avaliações de desempenho.
- Modernizar as práticas de gestão dos processos organizacionais para melhorar a sua eficiência e efetividade
- Implantar sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação integrando a área de planejamento, Gestão de RH, Gestão de Logística, Gestão do Contencioso e Gestão de Compras.
- Descentralizar a prestação de serviços públicos, beneficiando as regiões mais distantes e menos desenvolvidas. Implantar, em parceria com os municípios, Centros de Atendimento ao Cidadão.

DIRETRIZ IV: GARANTIR A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS, SUA PRESERVAÇÃO E O MELHOR CONTROLE DE SEU USO.

4.1. RECURSOS NATURAIS E GESTÃO AMBIENTAL

PACTO PELA MUDANÇA: PROMOVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Integrar as políticas ambientais e o planejamento (medidas ambientais proativas e não reparadoras)

Fortalecer as instituições públicas responsáveis pela proteção, controle e fiscalização dos recursos naturais.

Trabalhar, em parceria com os municípios, a fim de expandir as iniciativas bem sucedidas de gestão de resíduos sólidos, serviços de água e saneamento.

Promover, através da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Energia Elétrica, Saneamento, Recursos Minerais, Recursos Hídricos, etc.) a regulação desses serviços

Promover a educação ambiental

Implantar gestão comunitária dos recursos hídricos

Promover o uso sustentável das atuais áreas de florestas: manejo florestal sustentável certificado, exploração agroflorestal, extração de produtos florestais não derivados da madeira, pesca e ecoturismo.

Fomentar políticas que incentivam métodos sustentáveis de uso do solo.

Instituir programa de treinamento de agricultores em tecnologias e manejos sustentáveis de uso do solo.

PROPOSTAS PARA RECURSOS NATURAIS E GESTÃO AMBIENTAL

1 – Criar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – municípios são responsáveis pelo cadastro, montagem dos viveiros e distribuição das mudas – Parceria: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, EMATER e Municípios.

2 - Desburocratizar operação da SEDAM – licenciamento de empreendimento e propriedade rural e monitoramento por imagem de satélite.

3 - Incentivar o produtor a cadastrar sua propriedade.

a) Capacitar os municípios para auxiliar os produtores no cadastramento de suas propriedades.

b) Terceirizar a análise do cadastro.

c) Mediante a regularização do CAR, o produtor se habilita a participar do programa com as seguintes ações: distribuir mudas de espécies frutíferas e insumos (viveiros municipais), assistência técnica através da EMATER e apoio aos produtores para desenvolvimento do negócio fruticultura e geração de renda.

4 – Programa de Recuperação de Matas Ciliares - Incentivar o plantio de espécies nativas para recuperação das áreas - Parceria: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura, EMATER e Municípios.

a) Distribuir mudas de espécies nativas.

b) Incluir no Programa de Recuperação de Créditos de Carbono.

5 - Programa de apoio ao produtor rural disponibilizando máquinas e equipamentos que permitam a produção e armazenamento de forragens para época da estiagem; promover cursos de formação continuada dos agricultores para convivência digna com o semiárido de maneira sustentável, distribuição de sementes de qualidade na época certa e em quantidade suficiente e adequada, garantir o controle sanitário dos rebanhos, incentivando a vacinação dos animais e apoio às campanhas regulares. Regionalizar a distribuição do calcário através de parceria com as prefeituras para o armazenamento e distribuição local.

6 – Política de meio ambiente para promover a gestão sustentável dos recursos naturais através de política que permita a produção de bens e serviços demandados pela sociedade, mas ao mesmo tempo garanta a manutenção dos processos ecológicos, em termos de biodiversidade, saúde da micro bacia e recursos hídricos.

- Integrar as políticas ambientais e o planejamento para substituir medidas ambientais reparadoras por medidas proativas.

- Fortalecer as instituições públicas responsáveis pela proteção, controle e fiscalização dos recursos naturais. Desburocratizar a operação da SEDAM de licenciamento de empreendimento e propriedade rural. Utilizar tecnologias como o monitoramento por imagem de satélite.

- Trabalhar, em parceria com os municípios, a fim de expandir as iniciativas bem sucedidas de gestão de resíduos sólidos, serviços de água e saneamento.

- Investir em educação ambiental. Uma sociedade com um bom nível cultural e educacional respeita mais o meio ambiente colaborando dessa forma com o desenvolvimento sustentável.

- Promover o uso sustentável das atuais áreas de florestas: manejo florestal sustentável certificado, exploração agroflorestal, extração de produtos florestais não derivados da madeira, pesca e ecoturismo.
- Instituir programa de treinamento de agricultores em tecnologias e manejos sustentáveis de uso do solo.